



CAMPANHA DA FRATERNIDADE 2013

Tema: FRATERNIDADE E JUVENTUDE
Lema: “Eis-me aqui, envia-me”. (cf. Is 6,8)

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – CNBB
CÁRITAS BRASILEIRA – CB
FUNDO NACIONAL DE SOLIDARIEDADE – FNS
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES

Fundo Nacional de Solidariedade – FNS

A constituição dos Fundos de Solidariedade passa pelo histórico da Campanha da Fraternidade, iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, realizada desde 1964, e que convida os católicos para refletir e agir na ajuda aos mais pobres e vulneráveis. Os Fundos de Solidariedade estão ligados à superação de ações assistencialistas junto a comunidades pobres. Trata-se de uma importante ferramenta de emancipação cidadã, visto que tem como objetivo fomentar o desenvolvimento comunitário com base nas necessidades, práticas e culturas locais, priorizando financiamentos a empreendimentos autogestionários e ambientalmente sustentáveis.

O Fundo Nacional de Solidariedade – FNS e os Fundos Diocesanos de Solidariedade – FDS nasceram a partir da reflexão e da constatação das dificuldades enfrentadas pelos grupos comunitários para obtenção de financiamentos para seus empreendimentos locais, baseados em suas necessidades, práticas e culturas.

Assim, em 1998, em sua 36^a. Assembléia Geral, a CNBB institui o FNS e os FDS para atendimento de demandas a projetos sociais. O FNS e os FDS são formados com os recursos da Coleta Nacional da Solidariedade, gesto concreto da Campanha da Fraternidade, promovida pela CNBB. Os fundos são compostos da seguinte maneira: 60% do total da coleta permanecem na diocese de origem e compõem o FDS. Os recursos são destinados ao apoio de projetos sociais da própria comunidade diocesana. Os 40% dos recursos restantes compõem o FNS que são revertidos para o fortalecimento da solidariedade entre as diferentes regiões do País, ou seja, as que possuem mais recursos contribuem para o desenvolvimento dos povos menos favorecidos.

Os Fundos de Solidariedade, mais do que mecanismos de financiamento de projetos, são instrumentos da economia comunitária a serviço do desenvolvimento local, visto que os projetos sociais devem cumprir um papel de fortalecimento das organizações locais, das dinâmicas geradoras do desenvolvimento local/comunitário, econômico e social. Daí o caráter pedagógico não assistencialista dos Fundos Solidários, pois agrega processos de formação cidadã para ampliação e conquista de direitos às ações de desenvolvimento, e, também, tece laços de solidariedade no que tange à priorização das regiões mais empobrecidas e necessitadas.

A Cáritas Brasileira teve papel importante na criação do FNS e dos FDS.

A experiência na gestão de fundos de apoio a pequenos projetos, ancorada numa perspectiva pedagógica não assistencial e sustentada por formas de relações de trocas comunitárias solidárias – próprias das culturas locais –, financiadas com recursos da Cooperação Internacional, credenciou a Cáritas Brasileira para assumir os processos de animação, administração e gerência do FNS. A Cáritas compõe o Conselho Gestor do FNS – instância de aprovação das iniciativas a serem apoiadas pelo Fundo.

As ações apoiadas pelo FNS contribuem para a melhoria das condições de vida de muitas pessoas. Os projetos apoiados por este fundo priorizam ações de formação de agentes de mudanças baseado nos princípios da construção coletiva de conhecimentos da realidade.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e a Cáritas Brasileira celebraram convênio de cooperação que prevê que o Banco apoiará, com a metade dos valores, os projetos produtivos aprovados pelo FNS. Esse fato possibilita a ampliação dos recursos do FNS para apoio a projetos que contribuam para a redução das desigualdades e a promoção da inclusão social.

A parceria possibilita a ampliação das ações do FNS via promoção de atividades econômico-produtivas para geração de trabalho e renda ancorada nos princípios da economia solidária; da autogestão; da agroecologia; da segurança e soberania alimentar, nutricional e hídrica; criação de pequenos animais; hortas medicinais; fitoterápicos; tecnologias sociais; atividades de agroflorestas; dentre outras.

Campanha da Fraternidade 2013 – FRATERNIDADE E JUVENTUDE

A Igreja no Brasil manifesta a sua preocupação com a realidade social da população de forma constante. Uma das formas para convidar os fiéis a refletir sobre a realidade social do nosso país é por meio da eleição dos temas que regem as Campanhas da Fraternidade (CF). Durante todos esses anos a CF reaviva nos fiéis a consciência de que são membros do povo de Deus, co-responsáveis por toda a comunidade da Igreja local, diocesana, nacional e universal e são chamados a servir todos/as, especialmente os excluídos/as.

Em 2013, pela segunda vez, a Igreja elege o tema Juventude para dialogar com os fiéis e a sociedade em geral na Campanha da Fraternidade. O primeiro convite para falar sobre o tema foi em **1992 – Juventude Caminho Aberto**. Nesta oportunidade a campanha contribuiu para a reflexão do conceito de juventude e as várias formas de participação de jovens na sociedade e na igreja. Naquele ano a reflexão era de que a Igreja e as pessoas de boa vontade se comprometessem com a juventude, como agente de uma nova evangelização e como força transformadora da Igreja e da sociedade.

Em **2013**, a Campanha da Fraternidade debruça novamente na temática da juventude – **Fraternidade e Juventude**. Em tempos de profundas mudanças a Igreja deve propiciar ao jovem o encontro com Jesus Cristo para a adesão aos valores do Reino em todas as dimensões de sua vida. Incentivando a utilizar criativamente novos meios para a evangelização, especialmente as redes sociais. Na comunidade é fundamental acolher, acompanhar e assessorar as diversas realidades juvenis. Para que na sociedade todos possam compreender o impacto das atuais mudanças para o engajamento social e político, no enfrentamento dos problemas e desafios que marcam a vida do jovem na sociedade atual. Por fim, sensibilizar para a superação das desigualdades e das violências que envolvem os jovens e somar esforços em ações de superação da exclusão e de injustiças.

Voltar o olhar para a juventude é falar de sonhos, igualdades, desigualdades, novidades, comportamentos e das várias demandas que este seguimento coloca em pauta. O contexto, social, político, religioso e cultural devem nos remeter aos lugares vitais de participação da juventude, com suas particularidades e especificidades.

Dados em termos populacionais, apresentados pelo Conselho Nacional da Juventude¹ apresenta que a faixa etária que vai dos 15 aos 29 anos, representa, de acordo com censo 2010 do IBGE, 26,8% da população brasileira. São mais de 51 milhões de jovens, distribuídos em medidas proporcionais entre homens e mulheres.

A exclusão social nos desafia a refletir e agir sobre uma das questões em pauta que tem afetado de maneira devastadora grande parte da sociedade brasileira, em especial a juventude que se vê vulnerável diante da estrutura social da desigualdade, que gera a exclusão e provoca uma violência contra as pessoas, a violência do transporte, da fome, da falta de moradia e de educação de qualidade, sinais que muitas vezes não identificamos como violências, pois já se apresenta como algo da rotina da experiência da vida, mas que gera a aniquilação da juventude com as mortes tidas como eventos externos², homicídios, acidentes de trânsito e suicídios.

Os jovens que sofrem violências, não podem ser considerados como apenas números que compõem estatísticas, são pessoas reais, com sonhos, família, esperança, angústia e desejo de vida, jovens com endereços de moradia e trabalho, com amigos, participantes de grupos e tribos na sua diversidade, freqüentam escolas, universidades, festas e igrejas, estão nos bairros nas grandes ou pequenas cidades, em zona rural, ou comunidades tradicionais como os indígenas, quilombolas, ribeirinhos. Juventudes excluídas que têm cor, classe social, sexo e endereço. São milhões de jovens que deixam de ser atores, protagonistas das suas próprias vidas e histórias para acrescentar e se somarem aos números desoladores das pesquisas sobre morte de jovens no país. Esse cenário de violência institucionalizada ou não, independente do lugar social que ocupamos. É preciso agir e mobilizar para que os jovens atuem de maneira articulada e organizada na superação dessa realidade. A CF 2013 conclama a todos/as para refletir e agir para alterar essa realidade.

Critérios para Aprovação de Projetos

Em 2013 serão priorizados os projetos que dialoguem com o objetivo da CF 2013: *“Acolher os jovens no contexto de mudança de época, propiciando caminhos para seu protagonismo no seguimento de Jesus Cristo, na vivência eclesial e na construção da vida, da justiça e da paz”*.

Os projetos submetidos ao FNS que se referem à CF 2013 devem estar comprometidos, preferencialmente, com os *objetivos específicos* da mesma:

(a) Propiciar aos jovens um encontro pessoal com Jesus Cristo a fim de contribuir para sua vocação de discípulo missionário e para a elaboração de seu projeto pessoal de vida;

(b) Possibilitar aos jovens uma participação ativa na comunidade eclesial, que lhes seja apoio e sustento em sua caminhada, para que eles possam contribuir com seus dons e talentos;

¹ CONJUVE – Conselho Nacional da Juventude, criado em 2005, tem entre suas atribuições, a de formular e propor diretrizes voltadas para as políticas públicas de juventude, desenvolver estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica dos jovens e promover o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais.

² São considerados Eventos Externos as mortes de homicídios, acidentes de trânsito e suicídios, que são tidas como “eventos não naturais”.

(c) Sensibilizar os jovens para serem agentes transformadores da sociedade, protagonistas da civilização do amor e do bem comum.

Os projetos apoiados devem alavancar processos que apontem para políticas públicas; indiquem o acesso a recursos públicos, dado que as ações apoiadas não devem substituir as obrigações do Estado; promovam a experimentação de gestos concretos de alternativas que apontem para a superação do atual modelo de desenvolvimento.

Eixos

As propostas apresentadas devem contemplar pelo menos um dos seguintes eixos:

EIXO 1: Formação e Capacitação

Objetivo: viabilizar meios para a formação de pessoas e/ou grupos (formais e informais) no tema da CF 2013, criando redes de multiplicadores que possam refletir e monitorar as políticas públicas relacionadas às Juventudes em todo território brasileiro.

Foco: (1) formação direcionada para o monitoramento de políticas públicas para e com às juventudes; (2) capacitação para participação cidadã, autogestão, gestão compartilhada; (3) formação de valores de solidariedade que se contraponham aos valores de relações sociais que acentuam as desigualdades; (4) formação de redes de educadores/as e de agentes de desenvolvimento comunitário e pastoral; (5) formação para implantação de coletivos com experiências de manejo em princípios da agroecologia; (6) disseminação dos conhecimentos e experiências de educação popular nas várias temáticas voltadas para a vida das juventudes (cidadania, afetividade e sexualidade e capacitação técnica); (7) Agrupamentos e coletivos que incentivem a comunicação, a cultura popular, artes em geral.

EIXO 2: Mobilização para conquista e efetivação de direitos

Objetivo: criar condições para que os coletivos e agrupamentos de juventude pratiquem o exercício da vida em grupos e de participação nos espaços de controle social, incidindo sobre a realidade da juventude e seus desafios. Qualificar os coletivos e agrupamentos para acompanhar as ações de mobilização em torno do enfrentamento aos grandes projetos e grandes eventos que assumem um modelo desenvolvimento excludente e centralizador. Possibilitar grupos para acompanhar a gestão pública e exigir a aplicação dos recursos públicos com transparência, principalmente as políticas voltadas para a vida da juventude.

Foco: (1) campanhas e mobilizações para a superação da violência e combate ao extermínio de jovens; (2) mobilização para a Campanha Contra a redução da idade penal e

Campanha a favor da aprovação do Estatuto da Juventude; (3) qualificação dos grupos para acompanhamento do papel do Estado na garantia de políticas públicas e exigir a aplicação dos recursos públicos com transparência; (4) práticas comunitárias e participação juvenil, voltadas para redes sociais e meios de comunicação como as rádios comunitárias; (5) valorização das experiências de economia solidária e empreendimentos; (6) valorização dos “conhecimentos tradicionais”: indígenas, quilombolas; (7) práticas de formação e participação em comunidades eclesiais de base.

EIXO 3: Superação de vulnerabilidade econômica e geração de renda **(projetos produtivos)**

Objetivo: contribuir com processos e experiências que apontem alternativas e a disseminação do desenvolvimento local através de tecnologias sociais que contribuam para a convivência com os biomas e soberania alimentar, a partir da solidariedade e do respeito aos conhecimentos dos atores, à diversidade étnica, cultural e religiosa como elementos fundamentais na economia e na geração de trabalho e renda nas comunidades – autogestão, comércio justo, redes produtivas, fundos solidários.

Foco: (1) redes de produção, comercialização e consumo solidários, trocas solidárias, sistemas de marcas e selos de identidade; (2) experiências de processamento da produção – beneficiamento de frutas e verduras, de carnes, de leite, de mel; pequenas fábricas de doces, de queijos, artesanatos, dentre outras; (3) redes de Fundos Rotativos Solidários e de bancos comunitários; (4) reciclagem de materiais; (5) experiências de agrofloresta, quintais produtivos e casas de semente; (6) produção agroecológica e recuperação do meio ambiente; (7) valorização das práticas culturais e geradora de coletivos ligados a arte.

Princípios Orientadores para elaboração de projetos para o FNS

- 1) As propostas apresentadas ao FNS devem atender os **eixos** e seguir Roteiro para apresentação de projetos da CF 2013 – **Fraternidade e Juventude (Anexo I)**.
- 2) Todos os projetos devem ser acompanhados de **Carta de apresentação dos respectivos Bispos Diocesanos, Regionais ou Referenciais** (projetos diocesanos: Bispo Diocesano, projetos regionais ou nacional: Bispo Regional ou Referencial de acordo com a abrangência das ações propostas).
- 3) Os projetos devem apresentar contrapartida local, regional ou nacional: monetária ou em bens e serviços.
- 4) Serão priorizados projetos de caráter inovador e com potencial multiplicador.
- 5) Os projetos devem apresentar **indicativos de continuidade das ações**.
- 6) Os projetos devem responder a problemas ou necessidades das comunidades, grupos sociais e/ou do conjunto de comunidades e/ou segmentos de excluídos/as.
- 7) O FNS não apóia projetos para manutenção institucional: sustentação de estruturas (telefone, energia elétrica, água), salários de técnicos, material de escritório e de limpeza.

- 8) Os orçamentos devem ser compatíveis com as atividades propostas nos projetos e não contemplam despesas alheias a sua realização.
- 9) Devem ser garantidos mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação dos projetos apoiados pelo FNS. No caso de projetos de base local, o proponente deverá indicar uma organização/entidade que se responsabilizará por seu acompanhamento. No caso de projetos de articulação, mobilização e animação, a entidade proponente deve indicar eventos de monitoramento, avaliação e relatórios com responsáveis pela execução da proposta.
- 10) Todos os projetos devem prestar contas de sua realização: projetos de formação e capacitação devem ser acompanhados de lista de presença dos participantes e fotos dos eventos; projetos de construção devem ser acompanhados de fotos das diferentes fases do processo de edificação.
- 11) Todos os projetos apresentados ao FNS que resultem em retornos para o proponente (grupo, associação, comunidade) deverão propor formas para efetivar a devolução solidária dos recursos recebidos (em dinheiro ou em produto).
- 12) O FNS apóia projetos, de uma mesma entidade, no máximo por três vezes.
- 13) Entidades/organizações que receberam apoio do FNS em anos anteriores só terão projetos aprovados mediante prestação de constas dos recursos recebidos anteriormente e indicação dos resultados das ações desenvolvidas.
- 14) O Conselho Gestor do FNS é a instância responsável pela aprovação dos projetos.
- 15) O Conselho Gestor do FNS e/ou a Cáritas Brasileira poderão solicitar esclarecimentos ou modificações nos textos dos projetos, quando julgar necessário.
- 16) Os projetos produtivos do **Eixo 3** devem, também, apresentar uma carta de entidade social se comprometendo a acompanhar o desenvolvimento das ações propostas.
- 17) Os projetos produtivos do **Eixo 3** devem vir acompanhados, obrigatoriamente, de:
(1) três orçamentos de cada item de despesa; (2) licença ou dispensa de licenciamento perante os órgãos ambientais, salvo quando relativos a ações de capacitação para a geração de trabalho e renda; (3) regularidade da propriedade ou da posse do imóvel em que será instalado o empreendimento quando os investimentos forem direcionados para obras civis e/ou aquisição de equipamentos; (4) declaração de adimplência (Modelo **Anexo II**) na qual afirme que não está inscrita no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN; não possui débitos relativos a tributos e contribuições federais, inclusive COFINS e PIS/PASEP, bem como à Dívida Ativa da União; está regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS; não possui débitos relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros; não consta em seus quadros pessoa que tenha sido diplomada ou empossada como deputado/a federal ou senador/a; que está regularmente constituída e possui objeto social e forma jurídica compatível com a atividade apoiada; bem como não possui finalidade lucrativa.

LICENÇA AMBIENTAL

A Licença ou Dispensa de Licença Ambiental é obtida, geralmente, nos órgãos que tratam das políticas ambientais dos estados ou municípios (Secretarias do Meio Ambiente, Secretarias de Agricultura, Institutos Ambientais).

REGULARIDADE FUNDIÁRIA

Como documento de Regularidade Fundiária é admissível os seguintes documentos, além da Escritura do imóvel: Contrato de aluguel, Contrato de Comodato, Contrato de Sessão de uso, etc.

ORÇAMENTOS

Os proponentes podem fazer a cotação de preços pela internet de empresas que fornecem os produtos/serviços; montarem planilha com cabeçalho com dados das empresas e os produtos com os preços praticados por tais empresas e fixarem o carimbo com CNPJ dos fornecedores.

Não sendo possível a concorrência do produto ou serviço em determinada localidade apresentar justificativa com os motivos da não possibilidade de concorrência.

Quem pode enviar projetos ao FNS

Grupos organizados, coletivos, associações, pastorais, igrejas locais, entidades de apoio a movimentos sociais que estejam habilitadas a trabalhar com as temáticas proposta na CF 2013 – **Fraternidade e Juventude** – com o recorte de atuação junto às juventudes empobrecidas.

Valores máximos apoiados

- Projetos de âmbito local/comunitários: até **R\$ 10.000,00**
- Projetos de âmbito diocesano: até **R\$ 20.000,00**
- Projetos de âmbito de um regional da CNBB ou de um Estado: até **R\$ 35.000,00**
- Projetos de âmbito nacional: até **R\$ 50.000,00**

Como solicitar apoio ao FNS

Eixos 1 e 2

- Enviar os projetos para análise para os endereços eletrônicos: fns@caritas.org.br e projetos@caritas.org.br;
- Enviar uma cópia impressa e assinada do projeto, via Correios, até 15 dias corridos anterior às datas das reuniões do Conselho Gestor, para:

FUNDO NACIONAL DE SOLIDARIEDADE – FNS

SGAN, Quadra 601, Módulo F

CEP: 70.830-010, Asa Norte, Brasília/DF

Eixo 3

- Enviar os projetos para análise para os endereços eletrônicos: fns@caritas.org.br e projetos@caritas.org.br e também para os constantes na tabela a seguir, de acordo com os Estados;
- Enviar uma cópia impressa e assinada do projeto, via Correios, até 15 dias corridos anterior às datas das reuniões do Conselho Gestor, para:

FUNDO NACIONAL DE SOLIDARIEDADE – FNS

SGAN, Quadra 601, Módulo F

CEP: 70.830-010, Asa Norte, Brasília/DF

REGIONAL	ESTADOS	ENDEREÇOS ELETRÔNICOS
Cáritas Brasileira: Secretariado Nacional	Distrito Federal	fns@caritas.org.br ; projetos@caritas.org.br
	Goiás	
	Mato Grosso	
	Mato Grosso do Sul	
	Paraná	
	Rio de Janeiro	
Cáritas Arquidiocesana de Manaus	Tocantins	caritas@arquiocesedemanaus.org.br
	Acre	
	Amazonas	
	Rondônia	
Cáritas Brasileira: Regional Norte II	Roraima	caritasn2@caritas.org.br ; caritasn2@gmail.com
	Amapá	
Cáritas Brasileira: Regional Nordeste II	Pará	caritasne2@caritasne2.org.br
	Alagoas	
	Paraíba	
	Pernambuco	
Cáritas Brasileira: Regional Nordeste III	Rio Grande do Norte	caritasne3@caritas.org.br
	Bahia	
Cáritas Brasileira: Regional Ceará	Sergipe	caritasceara@caritas.org.br
	Ceará	

Cáritas Brasileira: Regional Maranhão	Maranhão	caritas@elo.com.br
Cáritas Brasileira: Regional Piauí	Piauí	caritas.pi@uol.com.br
Cáritas Brasileira: Regional Minas Gerais	Minas Gerais	caritasmg@caritas.org.br
Cáritas Brasileira: Regional São Paulo	São Paulo	caritas.brasileira@terra.com.br
Cáritas Regional: Espírito Santo	Espírito Santo	caritases@caritas.org.br
Cáritas Brasileira: Regional Santa Catarina	Santa Catarina	caritassc@caritas.org.br
Cáritas Brasileira: Regional Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	caritasrs@caritasrs.org.br

CONSELHO GESTOR DO FNS

- Dom Leonardo Ulrich Steiner (Secretário Geral da CNBB)
- Dom Guilherme Werlang (Presidente da Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade, Justiça e a Paz)
- Padre Benedito Tadeu Rosa (Ecônomo da CNBB)
- Maria Cristina dos Anjos (Diretora-Executiva da Cáritas Brasileira)
- Padre Ari Antônio dos Reis (Representante das Pastorais Sociais da CNBB)
- Padre Luiz Carlos Dias (Secretário-Executivo da Campanha da Fraternidade e de Evangelização)
- Padre Nelito Nonato Dornelas (Representante da Comissão do Mutirão para a Superação da Miséria e da Fome)
- Padre Néelson Rosseli Filho (Representante dos Regionais da CNBB)

CALENDÁRIO DE REUNIÕES DO CONSELHO GESTOR PARA APROVAÇÃO DE PROJETOS – FNS 2013

1ª. reunião: 17 de junho de 2013.

2ª. reunião: 22 de agosto de 2013.

3ª. reunião: 24 de outubro de 2013.

4ª. reunião: 11 de dezembro de 2013.

DATA LIMITE DE RECEPÇÃO DE PROJETOS (correio eletrônico – e-mail)	ANÁLISE DO PROJETO PELO CONSELHO GESTOR FNS
Até 31/5/2013	1ª. reunião: 17/6/2013
Até 5/8/2013	2ª. reunião: 22/8/2013
Até 7/10/2013	3ª. reunião: 24/10/2013
Até 24/11/2012	4ª. reunião: 11/12/2013

É obrigatório o encaminhamento do projeto por e-mail e pelos Correios versão impressa e assinada.



ANEXO I

ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO

TÍTULO DO PROJETO:

A instituição JURIDICAMENTE RESPONSÁVEL é a mesma PROPONENTE? () Sim; () Não

Regional da CNBB:

Arq/Diocese:

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL (Juridicamente)

(Indique os dados da instituição que será responsável por receber os recursos do projeto)

Nome da Instituição:

CNPJ:

Banco (nome e nº do banco):

Agência:

Conta:

Responsável pela entidade:

CPF do/a responsável pela entidade:

Responsável pelo Projeto:

Endereço da Instituição:

Telefone:

E-mails:

INSTITUIÇÃO PROPONENTE (preencher somente quando a PROPONENTE não for à juridicamente responsável)

Nome da Instituição:

Responsável pela entidade:

Endereço da Instituição:

Telefone:

E-mails:

A entidade proponente já foi beneficiada com recurso do FNS? () SIM; () NÃO

Quantas vezes?

Enumere os projetos contemplados com recursos do FNS: (número; ano; título; objetivo; resultados obtidos)

CLASSIFICAÇÃO DO PROJETO

- () Projetos de âmbito local/comunitários: até **R\$ 10.000,00**
- () Projetos de âmbito diocesano: até **R\$ 20.000,00**
- () Projetos de âmbito de um regional da CNBB ou de um Estado: até **R\$ 35.000,00**
- () Projetos de âmbito nacional: até **R\$ 50.000,00**

ÁREA DE ABRANGÊNCIA TEMÁTICA

- () **EIXO 1:** Formação e Capacitação
- () **EIXO 2:** Mobilização para conquista e efetivação de Direitos
- () **EIXO 3:** Superação de vulnerabilidade econômica e geração de renda (projetos produtivos)

TIPO DE PROJETO

- () Urbano
- () Rural
- () Urbano/Rural

POPULAÇÃO DIRETAMENTE BENEFICIADA:

- () agricultores/as familiares;
- () catadores/as de recicláveis;
- () trabalhadores/as impactados por grandes empreendimentos econômicos: obras da Copa do Mundo de 2014; hidrelétricas; obras de infra-estrutura; barragens; portos; rodovias; ferrovias, eclusas, terminais hidroviários;

- trabalhadores/as rurais organizados ou em processo de organização em empreendimentos coletivos e/ou de economia solidária;
- trabalhadores/as urbanos organizados ou em processo de organização em empreendimentos coletivos e/ou de economia solidária;
- trabalhadores/as rurais integrados a projetos de assentamento vinculados a programas de reforma agrária;
- povos indígenas;
- populações tradicionais: quilombolas, ribeirinhos;
- moradores de rua;
- População de baixa renda ou em situação de risco e exclusão social;
- Outro:

NATUREZA DA INSTITUIÇÃO

- Diocese;
- Pastoral;
- Paróquia;
- Organismos Ecumênicos;
- Grupo Organizado;
- ONG;
- OSCIP;
- Outra:

DESCRIÇÃO DA ENTIDADE PROPONENTE - Conte um pouco da história da Entidade:
(*máximo 1 página*)

APRESENTAÇÃO SINTÉTICA DO PROJETO - O que vai ser feito? Por que, com quem, como e onde? (*máximo ½ página*)

JUSTIFICATIVA (Aqui deverá ser informado qual a importância do projeto para a comunidade/local) (*máximo 3 páginas*)

OBJETIVOS

Geral: O que se quer alcançar com o projeto?

Específicos: Em curto prazo, o que o grupo quer alcançar com o projeto?

ATIVIDADES

Listas as ações que serão desenvolvidas no período de execução do projeto. (**máximo ½ página**)

DESCRIÇÃO DAS PESSOAS E GRUPOS A SEREM BENEFICIADOS

Nº de homens:

Nº de mulheres:

Nº. de crianças, adolescentes e jovens:

PERÍODO DE EXECUÇÃO (PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO)

Data de início previsto:

Data do término previsto:

METAS/Etapas: Quais os passos que serão percorridos para atingir os objetivos propostos no projeto e quais as atividades que serão desenvolvidas para cumprir as metas propostas. (**máximo 1 página**)

RESULTADOS: Ao final do projeto quais os resultados esperados? (**máximo ½ página**)

METODOLOGIA: Como será a organização para realizar as atividades? Como as atividades serão realizadas? (**máximo 2 páginas**)

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Como será o acompanhamento da realização das atividades do projeto?

Como será feito o aferimento dos resultados das ações propostas no projeto?

Como será feita a verificação/avaliação dos resultados das atividades?

CONTINUIDADE: Quais as propostas de monitoramento e continuidade do projeto? (**máximo ½ página**)

Proposta de DEVOLUÇÃO SOLIDÁRIA

De que maneira os proponentes de projetos produtivos pretendem efetuar a devolução solidária dos recursos recebidos?

RELATÓRIOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS

- O relatório de prestação de contas deverá ser acompanhado de Parecer da entidade que avalizou o projeto quando de sua apresentação para análise ao Conselho Gestor do FNS;
- O relatório de contas de projetos de formação e capacitação deve ser acompanhado de lista de presença dos participantes e de fotos dos eventos;
- O relatório de prestação de contas de projetos que propõem construção de obra civil deve ser acompanhado de fotos das várias da construção;
- O roteiro para prestação de contas será enviado junto com o contrato e também estará disponível no site www.caritas.org.br ou deverá ser solicitado nos e-mails projetos@caritas.org.br ou fns@caritas.org.br;
- A prestação de contas deverá ser efetuada no prazo máximo de até 06 (seis) meses após a execução do projeto e deverá conter: relatório descritivo e relatório financeiro acompanhado com cópias dos recibos e das notas fiscais.

ASSINATURAS

Local, data e assinaturas dos responsáveis.

ANEXO III

MODELO DE ORÇAMENTO

(O orçamento do projeto deve ser elaborado respeitando o exemplo abaixo):

- Apresentar no orçamento todas as despesas detalhadas, descrição dos gastos previstos com o projeto em sua totalidade, mesmo os que não venham a ser cobertos por este Fundo.
- É recomendável que o projeto apresente contrapartida (monetária ou não)

Atividade	Itens despesa	Unidade	Qt	Valor Unitário	Valor do Total	Solicitação FNS	Contrapartida FDS	Outras fontes
atividade 1	item 1							
	item 2							
atividade 2	"							
	"							
TOTAL								

Exemplo:

Despesas com compra de máquinas, equipamentos, construção (projetos produtivos)

Atividade	Itens despesa	Unidade	Qt	Valor Unitário	Valor Total	Solicitação FNS	Contrapartida FDS	Outras fontes
Construção de casa de farinha	Tijolos	Milheiro	10	400,00	4.000,00	2.000,00	2.000,00	
	Cimento	Saco	100	23,00	2.300,00	2.300,00		
	Areia	M ³	30	20,00	600,00	500,00		100,00
	Telha	Milheiro	5	400,00	2.000,00	1.500,00	500,00	
Aquisição Equipamentos	Prensa	Unidade	1	2.500,00	2.500,00	2.500,00		
	Moedor de mandioca	Unidade	1	5.000,00	5.000,00	3.000,00	1.000,00	1.000,00
Total					16.400,00	11.800,00	3.500,00	1.100,00

Despesas com Formação/Capacitação

Atividade	Itens despesa	Especificação	Qt	Valor Unitário	Valor Total	Solicitação FNS	Contrapartida FDS	Outras fontes
Seminário sobre Mudanças Climáticas	Hospedagem e alimentação	Pensão completa: café, da manhã, almoço, lanche e jantar	150	12,00	1.800,00	1.000,00	800,00	
	Locação de sala para evento	Diária	5	50,00	250,00			250,00
	Material didático	Apostilas	30	10,00	300,00	150,00	150,00	
Encontro de formação de agentes ambientais – 2 dias para 20 pessoas	Facilitador	Diária	2	60,00	120,00	120,00		
	Locação	Data Show	2	50,00	100,00			100,00
	Hospedagem	Diária	40	40,00	1.600,00	1.600,00		
Total					4.370,00	3.070,00	950,00	350,00

DETALHAMENTO DAS DESPESAS

ATIVIDADE	VALORES SOLICITADOS AO FES
Despesas com construção	6.300,00
Aquisição de equipamentos	5.500,00
Despesas com seminário/oficinas	3.070,00
Contrapartida FDS	4.450,00
Contrapartida Outras Fontes	1.450,00
TOTAL SOLICITADO AO FNS	6.570,00
TOTAL GERAL DO PROJETO	20.776,00